



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

INTERPELAÇÃO ORAL

No último concurso para a apresentação de candidaturas para as fracções de T1 de habitação económica verificou-se que o número de pedidos é 10 vezes mais alto do que o número total das fracções em oferta, o que reflecte uma procura cada vez maior dos residentes em relação à habitação. Prevê-se que no concurso geral para as novas candidaturas de habitação económica no 4.º trimestre do presente ano, ainda mais cidadãos com necessidades de habitação se apresentarão. O Chefe do Executivo tinha referido que a corrida ao levantamento dos formulários para os pedidos de T1 de habitação económica é normal, cujo motivo não estará directamente relacionado com a falta de habitação. Isso, pelo menos revela que o Governo conhece o problema da habitação dos residentes. Deste modo, isto leva a que a dúvida persista, porque é que o governo realça constantemente o conceito de “servir melhor a população”, mas por outro lado ignora as necessidades dos cidadãos?

O Governo tem reiterado que no plano após as 19 mil fracções, há cerca de 6300 fracções de habitação pública que constituem reserva. Todavia, descontando as 2000 fracções de T2 e T3 na Ilha Verde Lote 1 e 2, que irão ser vendidos no próximo mês, e as cerca de 700 fracções da habitação social na Estrada Nordeste da Taipa, restam apenas cerca de 3000 fracções de habitação pública para o concurso das candidaturas do 4.º trimestre. Assim, podemos ver que a procura da sociedade é maior do que a previsão estimada, e alguns projectos em reserva, não viram ainda definida a sua natureza, se



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

constituem habitação económica ou social, desconhecendo-se até o local concreto do edifício ou o plano de projecto, de modo que os cidadãos não sabem quando é que terão uma habitação. Eu, pessoalmente, já solicitei por diversas vezes ao Governo para me esclarecer em concreto o mecanismo a longo prazo que garante uma habitação, não tendo o Governo apresentado o futuro plano e o número de fracções de habitação pública. Nunca fui esclarecido e apenas afirmaram que iriam implementar o mecanismo de via dupla, ou seja, a reserva e a construção, mas na altura da apresentação da construção das 19 mil habitações públicas tinham já chegado à conclusão de que “construir não é difícil, mas sim encontrar os terrenos”. É, assim de duvidar, a eficácia deste mecanismo de via dupla do Governo.

Tendo em conta essas questões, apresento a seguinte interpelação oral:

1. O Governo pretende realizar o concurso para a apresentação de candidaturas para os diversos tipos de habitação económica no 4.º trimestre, mas, na realidade, o número de fracções não satisfaz as necessidades da sociedade e, interpelo o Governo se pode ou não divulgar, de forma clara, a situação do planeamento para a satisfação dos pedidos de habitação económica, com vista a aliviar as preocupações e os receios da população? Perante a situação da falta de terrenos em Macau, irá ou não, o Governo, reaver os terrenos devolutos, os quais destinar-se-ão como reserva para a construção de habitação pública, que será construída consoante as necessidades do



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

mercado?

2. O Instituto de Habitação criou, recentemente, um Departamento de Estudos para reforçar os estudos para o estabelecimento das políticas de habitação económica, nomeadamente no que se refere às necessidades, tipo, preço de venda, rácio de bonificação, compensação, limites de rendimento e património, classificação e ordenação, entre outros. Pergunta-se assim: quais são em concreto os projectos de estudo do novo departamento do IH? Irá, ou não, este departamento estudar se a actual política de habitação pública “Construir habitação social é uma prioridade, e construir habitação económica é um complemento”, é adequada ou não?

29 de Julho de 2013

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,

Ho Ion Sang